

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17187 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 24 - GE Educação e Povos Indígenas

ESCOLARIZAÇÃO KAINGANG NO INTERNATO RURAL PEDRO MACIEL E NA COLÔNIA ESTADUAL DE FÉRIAS DE ITAÍ- IJUÍ, RS (1957-1968)

Adriana Colling - PPGEDU/UFRGS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ESCOLARIZAÇÃO KAINGANG NO INTERNATO RURAL PEDRO MACIEL E NA COLÔNIA ESTADUAL DE FÉRIAS DE ITAÍ-IJUÍ, RS (1957-1968)

RESUMO: Este texto trata da história da educação escolar indígena, especificamente a presença de crianças Kaingang na Colônia Estadual de Férias de Itaí e no Internato Rural Pedro Maciel, localizadas no município de Ijuí- RS, no período de 1957 a 1968. Com o objetivo de identificar e compreender o contexto em que as crianças das terras indígenas Inhacorá, Votouro, Ventarra e Serrinha frequentaram as referidas instituições, foram realizadas rodas de conversa com pessoas Kaingang que viveram essa experiência, assim como análise de documentos produzidos pela Colônia de Férias e pelo Internato. A análise de documentos escritos e orais aponta que no período estudado a escolarização Kaingang- inclusive a que aconteceu através do Internato e da Colônia de Férias- situa-se em meio à uma série de ações do estado do Rio Grande do Sul visando a integração dos povos indígenas à sociedade nacional: extinção e redução dos territórios, imposição de trabalho compulsório (sistema de panelão) e proibição de sair do território sem autorização. Ao mesmo tempo em que os documentos evidenciam que para o Estado a presença de crianças Kaingang no Internato e na Colônia de Férias possuía cunho civilizatório, também revelam a resistência Kaingang frente às violências estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Internato Indígena. Educação e Escola Kaingang. Internato Rural Pedro Maciel. Colônia Estadual de Férias de Itaí. História da educação Kaingang.

Este texto trata da presença de crianças Kaingang na Colônia Estadual de Férias de Itaí e no Internato Rural Pedro Maciel, no período de 1957 a 1968, com o objetivo de identificar e compreender o contexto e as intenções que levaram as crianças Kaingang a frequentar essas instituições.

Ao focar esse capítulo da história da educação escolar, que com exceção do povo Kaingang -que a vivenciou-, ainda é desconhecido pela sociedade brasileira, este trabalho lança luz, denuncia e incita reflexões sobre as ações de cunho civilizatório do Estado do Rio Grande do Sul direcionadas ao povo Kaingang nas décadas de 1950 e 1960. Neste período em

esteve em curso no Rio Grande do Sul um conjunto de violentas ações promovidas pelo governo estadual e que visavam a integração dos povos indígenas à sociedade nacional: redução e extinção de territórios; inserção de agentes do Estado com a função de controle, fiscalização e imposição do trabalho em uma lógica capitalista; castigos físicos e prisões; proibição de sair da terra indígena (TI) sem autorização; alimentação em quantidade e qualidade inadequadas; assim como a violência contida na imposição cultural, que incluía a educação escolar.

A metodologia da pesquisa aliou a análise de documentos escritos -produzidos pelo cotidiano e pela burocracia da Colônia de Férias e do Internato Pedro Maciel-, com realização de rodas de conversa com pessoas do povo Kaingang que quando crianças frequentaram as referidas instituições, oportunidade em que relataram algumas lembranças e percepções sobre o período.

Localizadas no distrito rural de Itaí, município de Ijuí, noroeste do RS, a Colônia Estadual de Férias de Itaí e o Internato Rural Pedro Maciel eram instituições mantidas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e utilizavam-se da mesma estrutura física e administrativa, sendo que a primeira funcionava durante as férias escolares e o Internato, durante o período letivo.

No ano de 1957 há o primeiro registro da presença Kaingang na Colônia Estadual de Férias de Itaí: 11 crianças da TI Inhacorá (6 meninos e 7 meninas) frequentaram a instituição, sendo que já no ano letivo de 1958 estudantes Kaingang passam a também frequentar o Internato Rural Pedro Maciel. A presença Kaingang feminina restringiu-se à Colônia de Férias nos anos de 1957 e 1958, período em que 13 meninas da Terra Indígena Inhacorá frequentaram a instituição. Entre os anos de 1957 a 1968, 20 meninos - provenientes das terras indígenas Inhacorá, Serrinha, Ventarra e Votouro-, frequentaram a Colônia de Férias e/ou o Internato.

Os documentos analisados apontam variações no tempo em que as crianças estudaram em Itaí: algumas o fizeram por períodos inferiores a 1 ano, enquanto outras frequentaram por 6 anos, neste caso, concluindo o nível de escolarização ofertado pela escola em Itaí. Durante as rodas de conversa houve relatos de crianças Kaingang que no período letivo frequentavam o Internato e durante o recesso escolar permaneciam em Itaí, na Colônia de Férias. Como consequência, chegavam a ficar períodos superiores a dois anos sem visitar os seus familiares. Conforme memória coletiva dos residentes da Terra Indígena Inhacorá, registrada no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) desta comunidade, “as crianças choravam. Mesmo assim, muitas crianças Kaingang passaram anos nesse internato, sem receber notícias dos pais

e sem poder retornar à sua terra natal” (PGTA, 2022, p.21-22).

O pesquisador Irani Miguel registrou algumas lembranças que Antônio Cipriano lhe relatou a respeito do período em que frequentou o Internato e a Colônia de Férias:

Ele conta que quando chegaram naquele local tinha várias crianças brancas e quando desceram todos choraram muito sem parar e o diretor deste órgão puxava as suas orelhas para eles parar de chorar. Após tudo isso as pessoas, mesmo as professoras e as crianças brancas, se aproximavam deles e começaram a falar com eles e eles ficavam quietos porque não sabiam o que estavam falando. Ele diz que muitas das crianças indígenas ficaram doentes e fracas porque não comiam as comidas deles e ao mesmo tempo sentiam falta dos seus pais. O ensino era muito diferente (Antônio Cipriano, em relato a Miguel, 2015, p. 32-33).

A experiência de escolarização aqui abordada está inserida em um contexto de intensa ação do Estado junto às terras indígenas Inhacorá, Serrinha, Votouro e Ventarra, territórios onde viviam as crianças que foram estudar em Itaí. As referidas terras indígenas estavam, no período estudado, sob a tutela do estado do Rio Grande do Sul, haja vista que nesta unidade federativa houve uma distinção entre Toldos e Postos Indígenas: os territórios sob tutela do governo estadual eram denominados Toldos. A partir da atuação do SPI no estado, as terras indígenas que o órgão assumiu a responsabilidade passaram a ser denominadas Postos Indígenas. Todavia, a pesquisa bibliográfica apontou a existência de semelhanças entre as práticas presentes nos Toldos e nos Postos.

Um dos aspectos em comum entre os Toldos onde residiam as crianças que estudaram em Itaí foi a redução dos territórios originários para o uso da colonização: no ano de 1961 a Secretaria de Agricultura do RS tomou o que restava das terras da TI Serrinha (que já havia sido reduzido anteriormente) e dividiu em lotes coloniais. No ano de 1962 o território do Toldo de Inhacorá foi reduzido de 5.859 hectares para apenas 1.060 hectares e o Toldo de Votouro de 3.104 hectares passou a ter apenas 1.440 hectares. Ainda no ano de 1962 o Toldo de Ventarra é extinto e seus moradores são compulsoriamente levados ao Toldo Votouro. Na década de 1990 o movimento Kaingang retomou parte dos territórios usurpados na década de 1960.

As intencionalidades envolvendo a escolarização das crianças Kaingang ficam evidentes na análise dos documentos produzidos pelo cotidiano da instituição, onde são expressas ideias de cunho civilizatório. A imagem a seguir é uma página do relatório do Internato Rural Pedro Maciel do ano de 1957, elaborado pela direção da instituição e destinado ao governo estadual. As fotografias, juntamente com as legendas que compõem essa página buscam evidenciar o efeito transformador supostamente exercido pela instituição e ilustram eficientemente a forma transitória como a branquitude percebia os povos indígenas,

haja vista que nesse período o povo Kaingang era “percebido enquanto à beira da transformação em não-índios ou na qualidade de matéria degradada para a *Pátria*” (Lima, 1995, p. 126, grifos do autor). Nessa perspectiva, a educação escolar para os povos indígenas atua como mais um dos instrumentos coloniais visando o branqueamento/civilização dos povos originários.

Figura 1: Página do relatório do Internato de 1957 comparando os indígenas em dois momentos



Fonte: Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana

Ao mesmo tempo em que os documentos evidenciam a violência inserida nas intenções do Estado com a escolarização indígena, materializadas ao afastar as crianças de suas famílias e inseri-las em um contexto institucional que visava civilizá-las, também torna-se evidente a resistência Kaingang, presente nas crianças que escondiam-se para evitar que fossem levadas à Itaí, assim como na recusa de muitas famílias em permitir o afastamento de seus filhos.

Conforme registro no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra

Índigena Inhacorá, quando a diretora do Internato e da Colônia de Férias, Tereza Tarragô, visitou a comunidade, com a intenção de que as crianças fossem estudar em Itaí, “Muitas mães Kaingang, percebendo as intenções suspeitas da diretora, mandavam as crianças se esconderem no mato para evitar serem levadas” (2022, p.21-22). Outro aspecto que evidencia a resistência Kaingang refere-se ao fato de que “[...] com o passar do tempo alguns pais visitavam as crianças e quando alguns pais ficavam sabendo o caminho e o local para chegar a esse internato, alguns pais começaram a roubar seus filhos deste internato ou mesmo desta escola” (Antônio Cipriano, em relato a Miguel, 2015, p. 32-33). A direção do Internato e da Colônia de Férias reportava o acontecido ao chefe do Toldo

[...] para verificar se os pais destas crianças roubadas estavam na comunidade. Se as crianças eram achadas, eram levadas de volta para o internato, enquanto que os pais sofriam castigos na comunidade indígena. Seu Antônio ainda fala que isto fez com que muitos pais fugissem com os seus filhos para fora da comunidade, para que os filhos deles não fossem levados para este internato (Antônio Cipriano, em relato a Miguel, 2015, p. 32-33).

A persistência em continuar estudando na instituição que funcionava sob a lógica colonial, em um contexto de afastamento da família e da comunidade, também é uma forma de resistência. As rodas de conversa, aliada à análise de documentos escritos, forneceram indícios que permitem afirmar que a presença do primeiro grupo de crianças Kaingang nas referidas instituições de ensino se deu à revelia dos desejos dos estudantes e de seus familiares. No entanto, nas rodas de conversa com pessoas que passaram a frequentar o Internato mais tarde, em 1963, há relatos de que a ida à Itaí se deu a partir do desejo de seus familiares, amparados pela compreensão de que estudar era se apropriar das armas da branquitude, uma forma de defender-se das inúmeras ações que historicamente ameaçam a vida dos povos indígenas e que conforme mencionado anteriormente, estavam em curso nos territórios Kaingang nas décadas de 1950 e 1960.

A experiência de escolarização de crianças Kaingang no Internato e na Colônia de Férias está inserida em um brutal contexto de colonialidade, em que ao mesmo tempo em que os territórios são reduzidos e explorados e as condições de vida no interior das Terras Indígenas são precarizadas, há a violenta iniciativa do Estado em afastar crianças de seus familiares, com a intenção de que longe da influência de suas comunidades, a escola incutisse a língua e costumes da branquitude. Pertinente destacar que o povo Kaingang possui conhecimentos e processos específicos de ensino e aprendizagem, que certamente foram impactados pelas políticas integracionistas promovidas pelo estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 1950 e 1960. Assim, ao mesmo tempo em que é inegável a violência que permeia esse capítulo da história da educação escolar, é evidente a agência Kaingang em tomar para si a escolarização e utilizá-la em seu benefício.

REFERÊNCIAS

FISCHER, Martin. **Bei den Caingang am Inhacorá. Separata de Serra-Post Kalender 1959**. Ed. Ulrich Löw, Ijuí, Rio Grande do Sul. Tradução do Pe. Antonio Steffen, S.J., para o Instituto Anchietao, 1969 [1959].

GA TO JYKRE KĂMÉN GE ÊMĂ TY INHACORÁ KÉ: Plano de gestão territorial e ambiental Kaingang. Terra Indígena Inhacorá. 2022.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MIGUEL, Irani. **O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na visão dos anciões e lideranças do povo Kaingang da Terra Indígena Inhacorá (São Valério do Sul, Rio Grande do Sul)**. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

RELATÓRIO DO INTERNATO RURAL PEDRO MACIEL, 1957. Coleção Ijuí. Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana.